

Decreto-lei nº 3/2023

Cria o Fundo Social designado “Fundo MAIS”, com o objetivo de financiar projetos, ações, atividades e medidas de políticas sociais de proteção dos grupos mais vulneráveis, visando a eliminação da pobreza extrema.

Decreto-lei 1/24

Define as normas e os procedimentos necessários à execução do Orçamento do Estado para o ano económico de 2024.

Decreto - lei 4/24

Aprova o Plano de Carreiras, Funções e Remuneração do pessoal do Regime Geral da Administração Pública.

Resolução 13/2024

Cria o Observatório do Tráfico de Pessoas.

Resolução 14/2024

Aprova a Marca Turística do Destino Cabo Verde, símbolo e imagem de promoção, dentro e fora do país com a seguinte designação em inglês “The Islands of Cabo Verde From the Heart”.

Decreto – lei 11/2024

Estabelece o regime de Comparticipação das Empresas no Âmbito do Sistema de Formação Profissional.

Resolução 16/2024

Aprova a Estratégia Nacional e o Plano de Ação Contra o Tráfico de Pessoas em Cabo Verde (2023 - 2026).

Decreto-lei 12/2024

Aprova o Regime Jurídico do Cadastro Predial.

Decreto-lei 13/2024

Procede à primeira alteração ao Estatuto do Pessoal do Serviço de Inspeção e de Auditoria Autárquica, aprovado pelo Decreto-lei nº32/2023, de 29 de Novembro.

Lei 38/X/24

Cria o Sistema de Informação de Justiça, abreviadamente designado por SIJ, e aprova o regime jurídico geral de processos electrónicos e a sua tramitação nas instituições abrangidas.

Decreto – lei 21/24

Define as normas gerais aplicáveis à atuação do Estado na identificação, avaliação, concurso e adjudicação de projetos, assim como na gestão de contratos de parcerias público privadas.

Portaria 18/24

Aprova o modelo de cartão de identificação profissional e livre-transito para uso do pessoal da DNRE que desempenha funções de fiscalização, inspeção tributária e aduaneira.

Resolução 54/2024

Define modelo de governança do processo de desenvolvimento de programa de investimentos no âmbito de Acordo a negociar com o Millennium challenge Corporation e cria enquanto estrutura de missão, a Unidade de Desenvolvimento do Programa de Investimentos a negociar com o MCC.

Resolução 55/24

Cria a linha de financiamento do plano de Ação de Acompanhamento e Avaliação do Acordo de Concertação Estratégica 2024-2026.

Portaria 22/24

Fixa as garantias admissíveis e as regras para assegurar a cobrança de coimas, indemnizações ou outras sanções que um navio estrangeiro que seja apreendido tem de prestar a favor da Administração Pública Marítima de CV.

Portaria 23/24

Estabelece as normas e os procedimentos necessários à atribuição de incentivos financeiros pelo Estado através do Instituto do Desporto e da Juventude, I.P. (IDJ), às associações juvenis e grupos informais.

Portaria 26/24

Aprova o modelo de restituição do IVA às Câmaras Municipais e o respectivo anexo, bem como os mecanismos e procedimentos de automatização do processo restituição.

Portaria 27/24

Procede a primeira alteração a Portaria n.º 3/24 de 13 de Março, que cria o Conselho Consultivo das Economia Digital.

Portaria Conjunta 28/2024

Altera a portaria que define a taxa global de contribuições para o sistema de protecção social obrigatória e sua afectação pelas eventualidades cobertas.

Portaria nº29/2024

Estabelece os modelos e as especificações p/ aquisição das estufas agrícolas a serem financiados pelo Governo, no âmbito do Programa de Incentivos para o Cultivo Protegido – Estufas Agrícolas.

Decreto-lei 34/24

Precede à segunda alteração ao Estatuto do Instituto Nacional de Previdência Social.

Decreto-lei 35/24

Estabelece o regime jurídico aplicável aos valores mobiliários de natureza monetário, designados por papel comercial.

Decreto-lei 37/24

Estabelece as condições institucionais requeridas que contribuem para a acreditação do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual como Organismo de Certificação, dando assim credibilidade à certificação e consequentemente a aceitação a nível internacional dos certificados emitidos.

Deliberação 26/2024

Procede a alteração orçamental de transferência de verba para ano económico de 2024.

Resolução 67/2024

Procede a 1ª alteração a Resolução nº45/2018, de 21 de maio, que cria a Comissão Interinstitucional para Gestão Estratégica da Transição da Economia de informal a formal.

Portaria Conjunta 37/2024

Procede a definição e aprovação da Tabela de Preços para venda das normas Cabo-Verdianas, regionais ou internacionais.

Lei 41/X/2024

Aprova o regime jurídico dos serviços digitais e comércio eletrónico.

Portaria Conjunta 38/24

Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de cálculo das P da protecção social obrigatória, durante o ano de 2024.

Extrato do Despacho nº01/2020, publicado na II Serie do BO nº149 de 16/08/2024

Procede a delegação das Competências na DNR nos Chefes das Repartições de Finanças Concelhias para Aplicação de coimas, nos termos do RJITNA.

Extrato Despacho nº03/20, publicado na II Serie do BO nº149 de 16/08/24

Procede a delegação das Competências na Diretora Nacional de Receitas do Estado nos Chefes das Repartições de Finanças e no Diretor-Geral das Contribuições e Impostos.

Decreto-lei 47/24

Procede à 2ª alteração do DL N°54/19, de 10/12 que regula regime jurídico de fixação e atualização da estrutura das tarifas aéreas aplicáveis a transporte aéreo regular doméstico de passageiros.

Decreto-Regulamentar 12/2024

Aprova os Estatutos do Instituto Nacional da Saúde Publica, doravante designado de INSP.

Resolução 88/2024

Aprova a Estratégia da Economia Digital de Cabo Verde (EEDCV) para o período de 2024 a 2030.

Decreto-lei nº 48/2024

Aprova o Regime Emergencial e Temporário de Revisão Aplicável às Empreitadas de Obras Públicas.

Decreto-lei 51/2024

Referindo a criação da Embaixada da República de Cabo Verde em Qatar.

Decreto Regulamentar nº 13/2024

Define a composição, a organização e funcionamento do Concelho Nacional para economia Social.

Resolução 90/2024

Incentivos fiscais exclusivos destinados a apoiar projetos de investimento produtivo.

Resolução 92/2024

Financiamento para Formação Profissional de Jovens em Cabo Verde.

Decreto-Regulamentar 16/2024

Regulamento para Alojamento Complementar em Cabo Verde.

Decreto-lei nº 54/2024

Regula o Sistema Nacional de Investimento.

Decreto-lei n.º 55/2024

Aprova o regime jurídico da primeira venda do pescado fresco em lota.

Decreto-Lei nº 56/2024

Regras para Alojamentos Complementares.

Lei n.º 43/X/2024 altera a Lei n.º 22/X/2023

Ajustando o regime jurídico relacionado com a comercialização, importação e produção de plásticos de utilização única.

Lei n.º 44/X/2024

Institui o Fundo Climático e Ambiental (FCA).

Lei n.º 45/X/2024

Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2025.